

Guarda Municipal do Rio de Janeiro:

a visão do carioca

Guarda Municipal do Rio de Janeiro: the view of Rio

Marcos Luiz Bretas*
David Pereira Morais*

RESUMO: Este trabalho busca discutir o novo papel proposto para as Guardas Municipais após a constituição de 1988, relacionando-o com as percepções públicas sobre o que se espera destas guardas. Para isto opera com pesquisas de opinião pública que buscam opiniões sobre a atuação dos guardas, mostrando como estes são avaliados por conceitos tradicionais de polícia, que contaminam as expectativas diante da ação da Guarda.

Palavras-chave: guarda municipal, opinião pública, segurança.

I ntrodução

Não é difícil afirmar que vivemos há aproximadamente vinte anos uma crise profunda no campo da segurança pública.. Esse problema pode ser diagnosticado tanto através de procedimento estatísticos, análise dos dados produzidos pelas secretarias de segurança, como através de estudos da percepção pública, que apontam a degradação da segurança como um problema sensível dos maiores espaços urbanos brasileiros. Ainda que indicadores díspares – a “realidade dos números” e a percepção – não sejam necessariamente coincidentes, nesse caso tudo parece apontar na mesma direção. Tamanho consenso sobre a existência e a pertinência de um problema produz uma série de efeitos, iniciados pela ampliação do debate sobre as causas desta degradação e as formas de solução que podem ser apontadas pelas políticas públicas e ações sociais. A partir dos anos 1980 vai se expandindo o grupo de cientistas sociais que lida com problemas de segurança, tratados pejorativamente como

“policiólogos”, assim como os debates públicos atraem uma multidão de observadores dispostos a dar sua opinião, mais ou menos abalizada, incluindo o grande público e profissionais envolvidos nas ações de segurança.

Diversos recortes e tipologias podem ser construídos a partir desse conjunto de análises e propostas. Uma primeira abordagem pode sugerir que estamos lidando com problemas sociais, que não se resolvem por políticas de segurança mas em outros campos. Pode ser um discurso de tom progressista, diagnosticando a pobreza como causa e o crime como efeito. Pode ser também um discurso resignado, que define os atores no campo da segurança como “enxugadores de gelo”, estruturalmente incapacitados de produzir efeitos significativos, por nunca se aproximar da “verdadeira” fonte do problema. Uma segunda possibilidade de abordagem traria como enfoque uma visão positiva dos mecanismos de segurança, envolvidos por uma expansão dos problemas sociais, novamente produzidos por fatores que lhe são externos. Nesse caso as análises e propostas dirigem-se para a necessidade de aumentar os recursos disponíveis para os “bons” mecanismos, de forma que eles possam retomar sua atividade de controle, corretamente exercida em circunstâncias normais. Não se trata de rever modelos de segurança mas de investir e ampliar os modelos existentes. Pode-se pedir mais armas, mais pessoas ou maior rigor nas leis.

Uma terceira abordagem se apresenta mais crítica, apontando por meio de leituras históricas ou sociológicas para um esgotamento do modelo de segurança pública que prevalece no Brasil ao longo dos dois últimos séculos. Não se trata de melhorar o sistema de segurança pública – ainda que isso também possa ser feito, essas abordagens não são excludentes – mas de estabelecer alternativas. A forma mais freqüente desta abordagem critica o modelo de duas polícias. Talvez essa discussão esteja desaparecendo diante de constatações empíricas que não é tão simples fazer a unificação das polícias. Uma alternativa importante, ainda que pouco explicitada, parece retomar um tema tradicional nos debates sobre as formas de promover a segurança: o debate sobre centralização/descentralização. (EMSLEY, 1999). Os adeptos da centralização possuem fortes argumentos: a racionalização no emprego de recursos, a circulação das informações e a diminuição dos riscos de controle político sobre órgãos técnicos. Os adeptos da descentralização contrapõem argumentos igualmente poderosos: a tarefa da segurança pública exige um envolvimento comunitário e pode ser feito de forma mais eficaz na medida que os agentes estejam mais perto da comunidade. Toda uma linhagem de pensamento social parece indicar de forma convincente que a racionalização em segurança – identificada como a profissionalização ocorrida em meados do século XX – produziu insensibilidade para as demandas sociais e com isso alienação das polícias de suas comunidades. (WILSON, 2000) As críticas ao modelo centralizador/profissional levaram a uma série de propostas de

aumento da participação em decisões na área de segurança, expressas por modelos comunitários ou de resolução de problemas, que tiveram forte apelo no Brasil em processo de redemocratização nos anos 1980. Esse processo carregava também consigo uma forte desconfiança em relação às instituições públicas – exacerbada no que diz respeito às instituições policiais. A descrença nas instituições levou a diversas proposições alternativas, e uma que ganhou importância e vem crescendo sistematicamente nos últimos vinte anos foi a ideia de criar guardas municipais.

Não é o nosso ponto aqui analisar a expansão das guardas no território brasileiro¹. Pretendemos chamar a atenção para o fato que essa expansão é, em grande medida, estimulada pelo propósito de produzir uma alternativa às polícias estaduais no quadro de atuação na segurança pública. Esse ponto não é consensual entre os formuladores políticos e os gestores das guardas. Mas certamente, o propósito de políticos que se elegem e organizam guardas e o desejo do público parece ser de ter uma alternativa aos aparatos policiais. Do ponto de vista legal, o papel das guardas é visto mais como complementar do que alternativo ao papel das polícias. A prática, em muitos municípios brasileiros, é bem diferente. Os argumentos que legitimam a criação e expansão destas guardas se baseia exatamente na proximidade como um valor para a atividade de investigação e repressão, estabelecendo por vezes um novo valor a ser criado, ou a retomada de uma tradição que foi interrompida². As guardas seriam a volta de antigos modelos de policiamento, mais próximos dos cidadãos, ou o estabelecimento dessa proximidade como um novo valor, desejado pela população. Vale notar que uma das chancelas policiais que estão na moda é exatamente a chamada “polícia de proximidade”. (CHALOM & LÉONARD, 2001).

No contato com os guardas, sua legitimidade deriva constantemente do suporte que recebem da população. Sua formulação narrativa predileta é afirmar que as pessoas sempre preferem procurar um guarda e não um policial. Não há motivos para desconfiar dessa afirmação. Mas mesmo assim é preciso demarcar a dificuldade em distinguir se a opção dos populares é por um bem contra um mal ou apenas a escolha do mal menor. Para isso podemos utilizar como instrumento pesquisas de opinião que avaliem as guardas. O que apresentamos aqui são duas pesquisas realizadas no município do Rio de Janeiro, buscando avaliar não só a imagem das guardas como indicando possíveis tendências desta imagem ao longo do tempo, mostrando o desgaste de imagem provocado pela presença cotidiana³.

A avaliação negativa das instituições ligadas ao controle e prevenção da ordem pública no Rio de Janeiro é observada de longa data. Em pesquisa

1 Aos interessados neste ponto recomendamos o relatório PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 2006, do IBGE.

2 Esse argumento de uma tradição interrompida se fortalece pela responsabilização do regime militar pela centralização do aparato policial.

3 Esse texto já estava praticamente concluído quando a imprensa começou a divulgar críticas a atuação da Guarda Municipal no trânsito do Rio. Pelos indicadores do jornal, a população não aprovou a passagem do controle do trânsito da polícia militar para a guarda. Essa situação permite refletir como a imagem sofre o impacto das atividades e que, se a ideia da guarda é positiva, sua existência sem uma reflexão maior sobre estratégias da ação pode destruir os benefícios da inovação.

realizada em 1993⁴, os percentuais de desconfiança na atuação da polícia carioca e no judiciário apresentavam valores negativos consideráveis: 63,2% para a Polícia Civil e 70,3% a Polícia Militar enquanto a Justiça recebia 54,4% de não confiabilidade.

Essas desconfianças perduram até a presente data no Estado do Rio de Janeiro, segundo a população recentemente entrevistada, suas atuações estão indo de mal a pior. Para os entrevistados a mais confiável, mesmo assim com 27,1% de confiabilidade é a Polícia Federal, vindo a seguir o poder judiciário. No quesito menos confiável, a Polícia Militar apresenta em primeiro posto, vindo a seguir a Polícia Civil.

Tabela 1 - O (a) Sr.(a) confia na atuação da polícia federal e da polícia civil, ou não confia?

	2003		2005	
	P. Federal	P. Civil	P. Federal	P. Civil
Não	39,6%	48,9%	56,3	61,3
Sim	30,2%	20,7%	27,1	21,8
Em termos	30,1%	30,4%	14,9	15,5
NS/NR	-	-	1,7	1,4
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 2 - O (a) Sr.(a) confia na atuação da polícia militar e guarda municipal, ou não confia?

	2003		2005	
	P. Militar	G. Munic.	P. Militar	G. Munic.
Não	63,2%	48,6%	68,1	59,1
Sim	14,2%	23,7%	17,3	24,3
Em termos	22,6%	27,7%	13,1	14,5
NS/NR	-	-	1,3	2,1
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

4 Ver Databrasil 1993, nessa pesquisa os partidos políticos aparecem como sendo a instituição com menor credibilidade para os cariocas.

Tabela 3 - O (a) Sr.(a) confia na atuação da justiça, ou não confia?

	2003	2005
	Justiça	Justiça
Não	43,4%	51,7
Sim	29,1%	26,3
Em termos	27,5%	21,0
NS/NR	-	1,0
Total	100,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

A percepção do carioca

A análise da percepção do carioca acerca da atuação da Guarda Municipal, subdivide-se nesse trabalho em dimensões que cobrem os seguintes tópicos: dados sócio-econômicos, o fator de morar na cidade do Rio de Janeiro, características da moradia e sua localização geográfica.

A seguir analisaremos as diversas dimensões em separado e, levando em conta a distribuição das avaliações, de acordo com cada classificação da dimensão enfocada.

Dados sócio-econômicos

No que se refere à relação entre o sexo do entrevistado e sua opinião sobre atuação da Guarda Municipal (tabela 4), observa-se que ambos os sexos indicam igualmente não confiar na Guarda Municipal – 59,0% -, sendo que entre os homens encontramos um maior percentual de aceitação dos métodos utilizados pela GM em suas atividades diárias – 25,6% -, ainda que a diferença seja pequena.

Tabela 4 – Sexo, segundo, o (a) Sr.(a) confia ou não na atuação Guarda Municipal?

	Não	Sim	Em termos	NS/NR	Total
Masculino	59,0%	26,5%	13,7%	1,7%	100,0%
Feminino	59,2%	23,3%	15,1%	2,4%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

Ao subdividirmos a faixa etária do respondente em quatro grandes grupos, observarmos ser a primeira faixa, composta por aqueles com idade entre 16 e 24 anos de idade, onde se concentra o maior percentual contrário às atividades da Guarda Municipal, 65,4%, conforme a tabela 5. Em contrapartida, dentre os entrevistados maiores de 49 anos de idade, que encontramos a soma do percentual de aprovação da GM, quando somados os quesitos “*sim*” e “*em termos*”, 26,1% e 18,7% respectivamente. Este resultado pode ser tomado como refletindo um desenvolvimento normal da sensação de insegurança, que se acentua com a idade e leva a um apego maior a instituições que possam ter algum efeito de restituir a segurança perdida, expresso num conservadorismo maior derivado da idade. Mas pode também ser pensado pela necessidade de constituir políticas específicas de envolvimento das guardas com a população mais jovem, reconhecidamente mais hostil. Esse papel, que no caso do Rio de Janeiro é exercido pela ronda escolar, parece não estar oferecendo maior resultado⁵.

Tabela 5 – Faixa etária, segundo, o (a) Sr.(a) confia ou não na atuação Guarda Municipal?

	Não	Sim	Em termos	NS/NR	Total
16-24 anos	65,4%	24,3%	9,5%	0,9%	100,0%
25-34 anos	60,8%	24,8%	12,8%	1,6%	100,0%
35-48 anos	61,7%	22,1%	14,9%	1,3%	100,0%
49 anos e mais	51,3%	26,1%	18,7%	4,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

Por sua vez, o cruzamento do nível de escolaridade e a avaliação do cidadão carioca com referência a atuação da Guarda Municipal, nos indica ser o grupo de entrevistados pertencentes a faixa de instrução entre 5^a e 8^a série do ensino fundamental que perfaz o maior contingente de respostas negativas a Guarda Municipal – 63,7%, conforme tabela 6. O grupo mais satisfeito é composto por aqueles entrevistados possuidores de nível superior completo ou incompleto, cuja soma de respostas “*sim*” e “*em termos*” corresponde a 46,0%. Numa sociedade percebida como desigual e privilegiando os setores mais abastados, esse dado parece reforçar a ideia de que as instituições públicas prestam melhores serviços para os grupos de maior escolaridade/renda.

⁵ Diversas Guardas têm programas específicos para crianças e jovens, como as guardas mirins existentes em Macaé e Curitiba. O efeito desses programas precisa ser avaliado.

Tabela 6 – Nível de instrução, segundo, o (a) Sr.(a) confia ou não na atuação Guarda Municipal?

	Não	Sim	Em termos	NS/NR	Total
Até primário	57,5%	26,5%	12,2%	3,9%	100,0%
Até 1º Grau (5ª a 8ª Série)	63,7%	20,6%	13,2%	2,4%	100,0%
Até 2º Grau (1º ao 3º ano)	61,7%	24,5%	13,0%	0,8%	100,0%
Superior (completo/ incompleto)	52,5%	25,8%	20,2%	1,4%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

A variável condição de trabalho é o quarto elemento na caracterização da perspectiva do cidadão carioca no que diz respeito a atuação da Guarda Municipal. A variável aqui utilizada é composta por doze categorias. As três principais categorias de trabalhadores frontalmente contrários a atuação da Guarda Municipal é composta por pessoas que vivem de renda (80,0%), os autônomos (65,8%) e dos assalariados sem carteira assinada (65,5). Este grupo, excetuando os que vivem de renda, coincide, em princípio, com as pessoas pertencentes ao grupo dos que trabalham em atividades informais, mais precisamente como camelôs e, por conseguinte, são alvos constantes das repreensões desenvolvidas pela Guarda Municipal.

Tabela 7 – Condição de trabalho, segundo, o (a) Sr.(a) confia ou não na atuação Guarda Municipal?

	Não	Sim	Em termos	NS/NR	Total
Assalariado c/ CTP	58,2%	24,3%	15,9%	1,6%	100,0%
Assalariado s/ CTP	65,5%	23,8%	8,3%	2,4%	100,0%
Funcionário pub/estat.	55,8%	25,8%	16,7%	1,7%	100,0%

Autônomo	65,8%	20,2%	12,9%	1,1%	100,0%
Profissional liberal	51,2%	29,3%	17,1%	2,4%	100,0%
Empregador/patrão	52,1%	31,3%	12,5%	4,2%	100,0%
Desempregado < 1 ano	56,9%	29,9%	12,0%	1,2%	100,0%
Desempregado > 1 ano	57,5%	25,0%	15,0%	2,5%	100,0%
Estudante	64,8%	23,0%	10,7%	1,6%	100,0%
Aposentado/pensionista	49,2%	29,0%	17,8%	3,9%	100,0%
Vive de renda	80,0%	20,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Dona de casa	55,3%	24,5%	16,2%	4,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

O nível de confiança da Guarda Municipal, quando analisado sob a ótica da renda familiar do carioca apresenta alto grau de desconfiança na maioria das faixas salariais, com o máximo de 64,0% dentre os que percebem até um SM e a menor rejeição na faixa acima de 20 SM, onde temos 47,8% de opiniões contrárias a atuação da GMRJ, conforme tabela 8.

Tabela 8 – Renda familiar, segundo, o (a) Sr.(a) confia ou não na atuação Guarda Municipal?

	Não	Sim	Em termos	NS/NR	Total
Até 1 SM	64,0%	24,6%	8,7%	2,7%	100,0%
+ de 1 até 3 SM	62,2%	22,6%	13,1%	2,1%	100,0%

+ de 3 até 5 SM	57,0%	25,5%	15,5%	2,0%	100,0%
+ de 5 até 10 SM	53,8%	24,6%	20,9%	0,7%	100,0%
+ de 10 até 20 SM	56,1%	25,5%	16,0%	2,4%	100,0%
+ de 20 SM	47,8%	34,3%	14,9%	3,0%	100,0%
Não sabe	63,3%	24,3%	10,7%	1,7%	100,0%
Não respondeu	49,2%	30,5%	15,3%	5,1%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

Por sua vez, o estado civil do entrevistado, também, não apresenta muita variação entre si no que tange a negatividade, todos apresentam valores superiores a 50% contrários à atuação da Guarda Municipal. Sendo que entre o(a)s viúvo(a)s encontramos os maiores percentuais de aceitação das atividades desenvolvidas por essa instituição.

Tabela 9 – Estado civil, segundo, o (a) Sr.(a) confia ou não na atuação Guarda Municipal?

	Não	Sim	Em termos	NS/NR	Total
Solteiro	62,0%	24,0%	12,2%	1,8%	100,0%
Casado/ amigado	57,9%	24,5%	16,0%	1,7%	100,0%
Separado/ divorciado	59,3%	19,6%	17,4%	3,7%	100,0%
Viúvo	50,3%	29,4%	15,7%	4,5%	100,0%
Não respondeu	66,7%	33,3%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

As distribuições das avaliações por cada tipo de cor dos entrevistados apontam as pessoas pardas e as negras como sendo aquelas mais desconfiadas do trabalho executado pela GMRJ, respectivamente 61,8% e 67,3%, conforme a tabela 10 abaixo. Mais uma vez esse dado nos permite especular se há uma percepção de questões concretas motivadoras da desconfiança, ou se há uma percepção histórica dos quadros repressivos do Estado, aos quais a Guarda Municipal já está firmemente associada. Ainda que os indicadores de que a visão negativa das guardas vem se acentuando permita sugerir uma visão baseada em fatos concretos, a grande carga parece ser a história das políticas repressivas, à qual qualquer agente uniformizado do poder público com atribuições na segurança pública é imediatamente associado.

Tabela 10 – Cor do entrevistado, segundo, o (a) Sr.(a) confia ou não na atuação Guarda Municipal?

	Não	Sim	Em termos	NS/NR	Total
Branco	54,6%	26,4%	17,0%	2,1%	100,0%
Pardo	61,8%	23,7%	12,7%	1,9%	100,0%
Preto	67,3%	19,4%	10,9%	2,4%	100,0%
Índio	59,4%	25,0%	12,5%	3,1%	100,0%
Amarelo	66,7%	0,0%	16,7%	16,7%	100,0%
Não respondeu	52,6%	36,8%	10,5%	0,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

O morar no Rio de Janeiro

Um modo de observar a percepção do morador do Rio de Janeiro sobre as atividades executadas pela GMRJ, é tentar captá-la através das opiniões que esse residente possui sobre a sua própria cidade, bairro e a localização da moradia residencial.

A cidade do Rio de Janeiro mesmo com seus encantos naturais e ainda exercendo o mito de “*cidade maravilhosa*”, tem sofrido bastante devido ao seu desenvolvimento urbano desordenado, o crescente processo de favelização de suas encostas sem falar da violência urbana a cada ano mais intensa, apesar dos esforços dos órgãos de segurança pública do Estado.

Esse aspecto negativo da cidade, a desordem urbana, exerce impacto direto na opinião da população, no que tange a confiar ou não na atuação da GMRJ. Pois, apesar de existir a vários anos a GMRJ ainda não conseguiu estabelecer um perfil de atuação para o público externo – a população – e continua a ser confundida com uma instituição policial⁶.

Independente da opinião sobre ser positivo ou negativo o fato de residir no Rio de Janeiro, os entrevistados não vêm com bons olhos a atuação da GMRJ, como demonstra a tabela 11. A medida que a avaliação do morar no Rio tende a piorar o mesmo ocorre com relação ao julgamento do carioca acerca das atividades da GMRJ. Não resta dúvida de que a Guarda Municipal não é um dos atrativos da cidade.

Tabela 11 – Na sua opinião, morar no Rio de Janeiro é..., segundo, o (a) Sr.(a) confia ou não na atuação Guarda Municipal?

	Não	Sim	Em termos	NS/NR	Total
Ótimo	57,3%	26,5%	13,6%	2,6%	100,0%
Bom	58,1%	26,2%	13,7%	2,1%	100,0%
Regular	59,3%	22,1%	16,9%	1,8%	100,0%
Ruim	62,2%	21,6%	14,2%	2,0%	100,0%
Péssimo	70,5%	14,3%	13,5%	1,7%	100,0%
NS/NR	66,7%	33,3%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

Situação análoga ocorre quando se trata da avaliação do bairro de residência, como fica patente ao se observar a tabela 12.

Tabela 12 – E morar no seu bairro é ..., segundo, o (a) Sr.(a) confia ou não na atuação Guarda Municipal?

	Não	Sim	Em termos	NS/NR	Total
Ótimo	55,7%	27,2%	15,7%	1,5%	100,0%
Bom	58,1%	25,9%	13,7%	2,3%	100,0%
Regular	59,8%	21,7%	16,1%	2,4%	100,0%

6 É interessante observar que, no caso do Rio de Janeiro, a intenção declarada dos gestores da Guarda é que ela não seja uma instituição policial. Mas muitos guardas a pensam dessa forma, respaldados talvez em diversos outros casos de guardas que se afirmam como instituições policiais, como muitas guardas paulistas, que se transformam em exemplo “do que deve ser feito”.

Ruim	64,0%	20,6%	14,9%	0,6%	100,0%
Péssimo	72,1%	16,4%	9,6%	1,8%	100,0%
NS/NR	60,0%	0,0%	40,0%	0,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

O fato da residência se localizar em área considerada de favela ou em suas cercanias, apresenta elementos a mais na desconfiança do carioca em relação a GMRJ, como demonstram as tabelas 13 e 14. Podemos aventar a idéia de que nessas áreas se encontram mais pessoas envolvidas com atividades no mercado informal e, por conseguinte, serem alvos de investidas dos agrupamentos voltados à manutenção das posturas públicas. Esses grupos não têm acesso aos serviços da guarda em seu local de residência, e podem se transformar em seus alvos em seus locais de atividade.

Tabela 13 – O lugar onde o(a) Sr(a) mora, é considerado favela ou não, segundo, o (a) Sr.(a) confia ou não na atuação Guarda Municipal?

	Não	Sim	Em termos	NS/NR	Total
Não	57,5%	25,0%	15,6%	2,0%	100,0%
Sim	64,0%	22,4%	11,2%	2,4%	100,0%
NS/NR	62,5%	25,0%	12,5%	0,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

Tabela 14 – O (a) Sr.(a) mora perto de alguma favela, segundo, o (a) Sr.(a) confia ou não na atuação Guarda Municipal?

	Não	Sim	Em termos	NS/NR	Total
Não	57,6%	24,7%	15,8%	1,9%	100,0%
Sim	60,3%	24,1%	13,4%	2,2%	100,0%
NS/NR	50,0%	33,3%	16,7%	0,0%	100,0%

Fonte: NESPC/Databrasil.

Conclusão

A Guarda Municipal do Rio de Janeiro passa atualmente por um período de definição de seu perfil como instituição voltada a prestar serviços de segurança a população carioca. O fato de não ser um órgão voltado para o controle e repressão policial e sim para a segurança dos bens e das posturas públicas, tem acarretado confusão tanto para os integrantes quanto para a população em geral, e tem gerado um desconforto no que diz respeito a sua atuação no dia-a-dia.

A população toma a GMRJ como uma instituição que possui dentre as suas atribuições, a de coibir a violência urbana e, na medida em que não vê os guardas assumindo esse papel, passam a não mais creditar confiança em suas atividades. Ademais, a atividade mais visível desempenhada pela GMRJ é a repressão ao comércio ambulante nas principais ruas da cidade. Essas investidas foram muitas vezes marcadas por violentos confrontos entre os dois grupos, o que gerou uma antipatia da população contra a GMRJ, difícil de ser quebrada mesmo após a estratégia de confronto ter sido revista. Expectativas e práticas levaram a população a construir uma imagem da guarda e, a partir dela, avaliá-la negativamente. Pode-se sugerir que o problema não é que a guarda presta mal o seu serviço mas que o serviço mesmo é ruim. Ao mesmo tempo, esse é o espaço de atuação no qual a população espera ver a guarda. Assumir esse papel policial é uma das perspectivas para o futuro das guardas, assumindo também o ônus atribuído a instituições deste campo⁷. A tarefa de assegurar às guardas um lugar distinto ao das polícias, por sua parte, parece esbarrar em concepções arraigadas, nos desejos de diversas partes envolvidas, e também não parece que será tarefa das mais simples, exigindo um grande esforço de diagnóstico dos problemas e ações para enfrentá-los.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to discuss the new role adscribed to the Guardas Municipais by the Constitution of 1988, confronting this role with public perceptions of what the guards should do and how. We deal with public opinion polls evaluating the results of Guards actions, showing how they are viewed through traditional views of policing, that contaminate the expectations on the results of the guards' actions.

Referências

CHALOM, Maurice & LÉONARD, Luce (2001), *Insecurité, Police de Proximité et Gouvernance Locale*. Paris, L'Harmattan.

DATABRASIL. (1993). *Sondagem Mensal de Opinião* n° 16. Rio de Janeiro, Setembro.

7 Alguns planejadores parecem acreditar que a Guarda pode ser uma polícia sem os ônus das polícias tradicionais. Os dados desta pesquisa parecem indicar o contrário. Para uma proposta de guarda como polícia muito bem articulada, ver Mariano, 2004.

Artigo
Recebido: 08/04/2009
Aprovado: 20/05/2009

Keywords: municipal guard, public opinion, security.

EMSLEY, Clive (1999). A Typology of nineteenth-century police. *Crime, History & Societies*. Vol 3, n. 1.

MARIANO, Benedito Domingos (2004) *Por um novo modelo de polícia no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

WILSON, Christopher P. (2000). *Cop Knowledge. Police Power and Cultural Narrative in Twentieth-Century America*. Chicago, University of Chicago Press.